

O Brasil, desgovernado? Veja o que dizem estes políticos.

As críticas não partem só da oposição: há indefinição da política econômica e falta controle da situação.

Recordes de inflação e de taxas de juros, associados à queda na oferta de empregos; empresas fechando suas portas para não trabalhar com prejuízo; aumento do número de concor-

datas e empresários absolutamente atônitos quanto aos rumos da economia; atividade industrial em queda, menor movimento no comércio e os transportes de cargas quase parando. Na política, os constituintes "xiitas" tentam simplesmente deixar o País sem Constituição para poder, inclusive, destituir o presidente da República. No governo, acirra-se a luta interna entre ministros e assessores.

Esse é o retrato do Brasil, na primeira semana do mês do carnaval de 1987. Estaria o País desgovernado?

— Venceram os anarquistas. Finalmente, não há governo algum — responde o peemedebista Hélio Duque, apelando ao presidente Sarney para que "governe". Também da Aliança Democrática, sustentáculo político do governo, o ex-ministro da Fazenda, Francisco Dornelles (PFL-RJ), reconhece que a situação está aparentemente sem controle e os objetivos governamentais conflitantes. A solução de Dornelles: "Acabem com o Ministério do Planejamento, para acabar com a duplicidade de comando econômico".

O comunista Roberto Freire, eleito pelo PCB de Pernambuco, concorda que não há governo e a situação econômica é caótica. Para ele, no entanto, a solução é simples: "Chamar o Exército, explodir as portas das escolas que não aceitarem o aumento de 55%, prender empresários". O também ex-ministro e novamente senador, Jarbas Passarinho, em nome do PDS, alerta: nos regimes democráticos, quando a economia vai mal, os governos são substituídos.

— Crise, que crise? — pergunta o porta-voz do governo, jornalista Frota Neto, diante do quadro que lhe é apresentado, respondendo com outra pergunta: "Como pode haver crise se todos os indicadores estão positivos?"

Desgoverno

Os anarquistas venceram. Finalmente, não há nenhum governo. Incapazes de controlar preços, as autoridades econômicas entregaram a fixação de custos e margem de lucratividade aos próprios empresários. Os salários serão definidos pela força de cada sindicato e os juros continuam puxados pelo



Passarinho

próprio Banco Central, que trabalha de forma autônoma, totalmente desvinculado do Ministério da Fazenda.

O raciocínio não é de nenhum membro da oposição, mas de um dos líderes do partido do governo na Câmara, deputado Hélio Duque (PMDB-PR), ao criticar o "desgoverno" em que se encontra o País. Duque classificou o governo como "surfista, que anda de acordo com a onda", e cobrou do presidente Sarney que pelo menos resolva a "briga declarada" entre os seus ministros.

Para exemplificar o "desgoverno", Duque cita a exposição de motivos assinada por Sarney e pelos ministros da Fazenda, Dilson Funaro, e do Planejamento, João Sayad, no dia 14 de agosto do ano passado, determinando a criação da "caderneta verde" (poupança para aplicação na agropecuária, a ser gerida pelo Banco do Brasil). Encaminhada ao presidente do Banco Central, Fernão Bracher, no dia 5 de setembro, a matéria até hoje não passa de mais um papel perdido na burocracia.

Ora, conclui Duque, o presidente da República não manda nem mesmo no presidente do Banco Central, que nomeou. E permite que o BC, que deveria ser apenas um órgão de execução monetária se constitua num segundo Ministério da Fazenda.

Duplicidade

O deputado Francisco Dornelles aponta como uma das principais causas da indefinição governamental em relação à política econômica do País, a duplicidade de comando representada pelos ministros Sayad e Funaro. A primeira coisa a se fazer, afirma Dornelles, é acabar com o Status de Ministério atribuído à Secretaria de Planejamento da Presidência da República e fazer com que ela volte a ser apenas o órgão encarregado do planejamento de médio e longo prazos.

Mas, acima de tudo, afirma Dornelles, é preciso que o governo



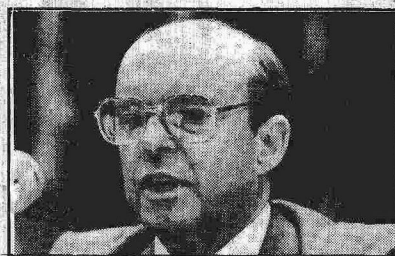
Duque

tenha uma política econômica, uma vez que os objetivos que adotou são, em grande parte, excludentes entre si: é impossível combater a inflação e manter um elevado déficit público; Não se conseguem bons acordos com os credores com o caixa do País sem reservas cambiais: Não se amplia a receita de exportação importando demasiado e estimulando o mercado interno a uma superdemanda.

A dualidade hoje existente entre os Ministérios da Fazenda e Planejamento, além da discordância, com ambos, por parte do ministro do Trabalho, Almir Pazzianoto, estão dentro de um contexto em que as empresas se sentem inseguras, num clima de incerteza que inibe o sistema produtivo, segundo Dornelles, crítico do "engessamento" da economia.

A análise que o ex-ministro da Fazenda faz do Plano Cruzado: a 28 de fevereiro do ano passado, o governo congelou os preços e o câmbio; reduziu juros, de um lado, e promoveu o aumento real de salários, de outro; manteve um grande déficit público coberto com emissão de moeda em volume superior ao necessário para a monetização da economia. Com isso, provocou um superaquecimento de demanda e uma crise de abastecimento. Para atender a essa crise, autorizou importações que, paralelamente à queda nas exportações, permitiram a sangria de reservas a níveis perigosos, fazendo com que acontecesse justamente o contrário do que a conjuntura internacional propiciava, graças à queda nas taxas internacionais de juros e nos preços do petróleo.

Como o governo demorou demais em promover o realinhamento de preços, a situação é novamente crítica, com as empresas em situação de fragilidade, o que poderá levá-las à concordata ou mesmo à falência, com sérias repercussões no sistema financeiro, alerta Dornelles, acrescentando que não há condições de o governo controlar o realinhamento, principalmente porque não há a possibilida-



Dornelles

de de controlar toda a teia de trocas da economia, onde um aumento de determinado produto provoca uma reação de custos de impossível acompanhamento.

A solução, segundo Dornelles, é o governo reduzir o déficit público, desengessar a economia e abandonar seu papel regulador excessivo, que dificulta todo o mundo empresarial, sem benefícios para nenhuma das partes da sociedade.

Velho modelo

Já o deputado Gastone Righi, líder do PTB, que também tem se incluído na Aliança Democrática em apoio ao governo, considera que o desmando hoje existente na economia é fruto da tomada de decisões por parte da tecnocracia dissociada do mundo político, no mesmo e velho modelo do regime passado. A solução, segundo Righi, é o grande pacto social a ser estabelecido pela Constituinte e pelo Congresso Nacional.

— As medidas econômicas só poderão ter resultado positivo se decorrerem da vontade política da Nação, aqui representada — afirmou Righi dentro do plenário da Câmara dos Deputados, onde se reúne a Constituinte. Em sua opinião, não adianta o governo tentar pactos setoriais, com patrões ou empregados, "pois sindicato faz greve, não faz lei ou Constituição".

Oposição

A oposição, representada por partidos como o PDS do senador Jarbas Passarinho, também não está satisfeita com a situação econômica e seu direcionamento, citando um *Brazoço* mais e ironicamente aos governos passados, dos quais foi ministro e líder no Senado, Passarinho afirmou: "Os regimes autoritários, ditatoriais, quando a economia vai bem, são duradouros; quando não, são derrubados. Nos regimes democráticos, quando a economia não vai bem, o governo é substituído".

O importante, no momento, segundo Passarinho, é evitar a hiperinflação, já que os objetivos do Cruzado, de uma maneira geral, fo-



Freire

ram frustrados. O País precisa se ajustar e, como no regime anterior, aprender a conviver com a inflação. "Precisamos acabar com essa quimera de inflação zero", que desorganizou a economia e as empresas, afirmou o ex-ministro do Trabalho e da Educação do regime anterior. Nesta condição, lembrou que os governos revolucionários perderam a grande oportunidade de aplicar um "choque heterodoxo" na economia no ano de 1973, quando todas as condições eram favoráveis.

Demora

Inicialmente, disse Passarinho, o plano merecia aplausos. Sua grande falha foi a demora no realinhamento de preços e, agora, a possibilidade de realinhamento e novo congelamento, por 90 ou 120 dias. Isto acaba com as empresas, pois, com a inflação alta e os juros a mais de 500%, os empresários vão adiar encomendas e investimentos por mais três ou quatro meses, já que poderão comprar pelo mesmo preço sem despendar dinheiro de alta rentabilidade. Passarinho afirmou, ainda, que a falta de definição da economia prejudica principalmente as pequenas empresas que acreditaram no Cruzado, fizeram seus planejamentos confiantes em uma economia estável e foram apanhadas, agora, por um novo baque na economia de mercado, com elevação brusca de juros, insumos e matérias-primas.

Ou o governo ajusta a economia ou haverá graves perturbações sociais, afirmou Passarinho, duvidando, no entanto, que o governo possa adotar medidas drásticas, porém imprescindíveis. Isto por falta de apoio político, "dada a fragilidade da Aliança Democrática".

Para os comunistas, a solução para o problema econômico do País é muito simples: "Vamos colocar os tanques do Exército nas ruas para abrir as escolas que não querem aceitar o aumento de 55%, imposto pelo governo", diz o deputado Roberto Freire. Para ele, "o Exército também serve para isto, pois não colocaram os tanques na

rua e os soldados para reprimir os trabalhadores?" Além da solução bélica, Freire prega a cadeia para os empresários que aumentarem seus preços ou aderirem a um bloqueio e uma "decisão política do presidente Sarney" e do próprio PMDB que, da forma como vem se comportando, "pode ser chamado de Arena ou PDS".

Uma saída

O porta-voz do Palácio do Planalto, jornalista Frota Neto, discorda totalmente das críticas de que o País está desgovernado e com uma política econômica indefinida. Em sua opinião, o presidente Sarney tem bem definida sua política de crescimento econômico, na faixa de 4 a 6% ao ano, execução de programas sociais e de aumento de renda e do padrão de vida das classes menos favorecidas. E a tônica do governo, segundo Frota Neto, tem sido não aumentar o papel do Estado na economia, o que vem sendo conseguido, a seu ver, deixando à iniciativa privada o papel de conduzir o desenvolvimento.

Em relação ao déficit público, Frota lembra que não está projetada nenhuma obra faraônica ou de grande porte com recursos da União, o que impedirá gastos e aumento do déficit. Reconheceu, no entanto, que as estatais e a própria máquina administrativa do governo são deficientes e, por isso, dispêndiosas e de baixa rentabilidade. Mas justamente por isso o governo está estudando uma reforma administrativa, argumenta o porta-voz.

Frota Neto, aliás, não admite nem mesmo que o País esteja em crise. "Que crise, se todos os indicadores são positivos?", pergunta o porta-voz e alinha os índices: o Brasil teve o segundo maior crescimento econômico do mundo; os índices de emprego são dos mais altos da história do País; houve um crescimento real de renda dos trabalhadores; nunca se consumiu tanto e o Estado não está avançando na economia.

Há problemas, reconhece Frota Neto, e o principal é compatibilizar propostas divergentes entre os vários setores de interesse: trabalhadores, empresários, banqueiros. A solução, aponta, é o pacto social, cuja montagem está sendo difícil, justamente pela "falta de treino em negociação de decisões políticas e econômicas", Frota no entanto, faz um alerta: "O pacto social é a única saída para que o governo não tenha que tomar medidas traumáticas".